

ENCERRAMENTO DE CONTAS



Futebol Clube de Penafiel
Sociedade Anónima Desportiva

Relatório e contas

2022/2023

01 de julho 2022 a

30 de junho de 2023



Relatório e Contas 2022/23

**de 01 de julho de 2022 a
30 de junho de 2023**

Futebol Clube de Penafiel, SAD

Penafiel, 13 de setembro de 2023



Índice

Índice	2
Balanço individual	4
Demonstração individual dos resultados por naturezas.....	5
Demonstração individual das alterações no capital próprio	6
Demonstração individual de fluxos de caixa	8
Anexo	9
1. Introdução	9
2. Adoção pela primeira vez das NCRF	9
3. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	10
4. Principais políticas contabilísticas	10
5. Fluxos de caixa	16
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	17
7. Partes relacionadas	17
8. Activos fixos tangíveis.....	19
9. Locações	22
10. Imparidade de activos	22
11. Inventários.....	22
12. Contratos de construção	23
13. Rédito	23
14. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	23
15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio	24
16. Acontecimentos após a data do balanço	24
17. Impostos sobre o rendimento	25
18. Instrumentos financeiros	26
19. Fornecimento de Serviços externos	34
20. Benefício dos empregados	35
21. Outros rendimentos e ganhos.....	36
21. Outros gastos e perdas	36
23. Divulgações exigidas por diplomas legais.....	37
Relatório de gestão.....	43
1. Perspectiva macroeconómica.....	43
2. Perspectiva microeconómica.....	44
3. Resultados	44



4.	Estrutura de gastos.....	45
5.	Estrutura de rendimentos	45
6.	Análise financeira	45
7.	Investimento.....	46
8.	Aplicação dos resultados	46
9.	Evolução e estratégia.....	47

72
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Balanço individual

Modelo geral de acordo com a Portaria n.º 986/2009 de 7 de setembro - Montantes expressos em euros

Balanço em 30 de junho de 2023

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			30/06/2023	30/06/2022
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	8.1	87.554,71	65.538,78	
Outros investimentos financeiros	18.15	2.249,20	1.709,02	
Créditos a receber	7.1	258.889,10	263.843,03	
		348.693,01	331.090,83	
Ativo corrente:				
Clientes	18.2	71.879,28	46.549,78	
Estado e outros entes públicos	18.2	11.613,15	11.407,83	
Outros créditos a receber	18.2	82.569,90	56.825,48	
Diferimentos	18.2	11.500,78	11.386,58	
Caixa e depósitos bancários	5.2 18.2	49.377,76	70.249,60	
		226.940,87	196.419,27	
Total do Ativo		575.633,88	527.510,10	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio:				
Capital subscrito	18.2 18.11	1.000.000,00	1.000.000,00	
Outros instrumentos de capital próprio	18.2	4.450.000,00	2.600.000,00	
Resultados transitados	18.2	-3.261.670,95	-1.676.305,57	
		2.188.329,05	1.923.649,43	
Resultado líquido do período	18.2	-1.767.944,05	-1.585.365,38	
		420.385,00	338.329,05	
Total do capital próprio		420.385,00	338.329,05	
Passivo				
Passivo não corrente:				
		0,00	0,00	
Passivo corrente:				
Fornecedores	18.2	22.762,85	26.755,81	
Estado e outros entes públicos	18.2 17.1	126.753,64	136.920,19	
Financiamentos obtidos	9.1 18.2	1.039,15	20.786,65	
Outras dívidas a pagar	18.2	4.693,24	4.718,40	
		155.248,88	189.181,05	
Total do passivo		155.248,88	189.181,05	
Total do Capital Próprio e do Passivo		575.633,88	527.510,10	



Demonstração individual dos resultados por naturezas

Modelo geral de acordo com a Portaria n.º 986/2009 de 7 de setembro - Montantes expressos em euros

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022/2023	2021/2022
Vendas e serviços prestados	13.1	599.950,91	694 165,61
Subsídios à exploração	13.1	215.638,26	170 068,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-335,37	
Fornecimentos e serviços externos	19	-755.453,41	-800 479,74
Gastos com o pessoal	20	-2 169.771,14	-2 111 456,82
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.1		-4 571,45
Outros rendimentos	21	372.567,07	507 698,54
Outros gastos	22	-6.919,98	-5 909,22
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1 744.323,66	-1 550 484,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8.1	-14.978,60	-19 723,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 759.302,26	-1 570 208,68
Juros e gastos similares suportados		-210,64	-529,29
Resultado antes de impostos		-1.759.512,90	-1 570 737,97
Imposto sobre o rendimento do período	18.2	-8.431,15	-14 627,41
Resultado líquido do período		-1.767.944,05	-1 585 365,38



Demonstração individual das alterações no capital próprio

Modelo geral de acordo com a Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro

Montantes expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021/22

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Nota	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamentos de variações das cap. próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Inerente que não contraria o	TOTAL Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO PERÍODO 2021/2022	1	1 000 000		850 000				(544 513)			(1 131 793)	173 694		173 694
Alterações no período:														
Primeira adopção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de dem. financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no CP														
Resultado líquido do período	2							(1 131 793)			1 131 793	0,00		0,00
Resultado integral	3										(1 585 365,38)	(1 585 365,38)		(1 585 365,38)
com detentores de CP:	4=2+3										(453 572)	(1 585 365,38)		(1 585 365,38)
Subscrições de capital														
Subscrições de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas				1 750 000								1 750 000		1 750 000
Outras operações														
POSIÇÃO FIM DO PERÍODO 2021/2022	5 6=1+2+3 +5	1 000 000		2 600 000				(1 676 305)			(1 585 365,38)	338 329,05		338 329,05

Handwritten signatures and initials



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022/23

Montantes expressos em: EUROS (sem decimais)															
MOVIMENTOS NO PERÍODO		N	Capital subscrito	Ações (quotas s) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reserva s legais	Outras reserv as	Resultados transitados	Exced ente de revaloriza ção	Ajustam entos/ou tras variações s cap. Próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Inter esses que não control am	TOTAL Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO PERÍODO 2022/2023		1	1 000 000		2 600 000				(1 676 305)			(1 585 365)	338 329,05		338 329,05
Alterações no período:															
Primeira adoção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no CP									(1 585 365)			1 585 365			
Resultado líquido do período		2							(1 585 365)			1 585 365	0,00		0,00
Resultado integral		3										(1 767 944)	(1 767 944)		(1767 944)
Operações com detentores de CP:		4=2+3										(182 579)	(1 767 944)		(1 429 614)
Subscrições de capital															
Subscrições de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas					1 850 000								1 850 000		1 850 000
Outras operações															
POSICÃO FIM DO PERÍODO 2022/2023		5													
		6=1+2+3+5	1 000 000		4 450 000				(3 261 671)			(182 579)	420 385		420 385



Demonstração individual de fluxos de caixa

Modelo geral de acordo com a Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro - Montantes expressos em euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022/2023	2021/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes		1 109 230,72	1.267 615,66
Pagamentos a fornecedores		-878 212,89	1 053 737,00
Pagamentos ao pessoal	20	-2 169 571,14	2 111 656,82
Caixa gerada pelas operações		-1 938 553,31	-1 897 778,16
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-14 627,41	8 443,76
Outros recebimentos/pagamentos		134 847,80	199 559,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-1 818 332,92	-1 706 662,82
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8.1	36 994,53	36 340,80
Investimentos financeiros	18.2	540,18	593,16
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Outros ativos			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-37 534,71	-462,09
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18.2		305,02
Realiz. Capital e outros instrum. capital próprio		1 850 000,00	1 750 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18.2	14 793,57	5 161,93
Juros e gastos similares	18.2	210,64	529,29
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
		1 834 955,79	1 744 613,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	5	-20 871,84	1 017,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	70 249,60	69 232,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	49 377,76	70 249,60



Anexo

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Valores expressos em euros)

1. Introdução

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e relato financeiro.

1.1 - Identificação da entidade

- 1.1.1. **Designação da entidade:** Futebol Clube de Penafiel, SAD, sociedade anónima desportiva, constituída ao abrigo do Dec. Lei 10/2013 de 25 de janeiro em 18 de junho de 2013, com o n.º de identificação fiscal 510.681.778. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cinfães com um capital social de 1.000.000,00 euros.
- 1.1.2. **Sede:** Estádio Municipal 25 de Abril, Rua Futebol Clube de Penafiel, freguesia e Concelho de Penafiel.
- 1.1.3. **Natureza da atividade:** 93120 – Clubes desportivos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, nos Avisos n.ºs 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Os valores refletidos nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2023 em comparação com o exercício anterior revelam uma tendência de resultados, mantendo um prejuízo significativo face ao volume de negócios da atividade, agora de 1.767.944,05€ face a um anterior prejuízo de 1.585.365,38€, decorrente da continuação da falta de acompanhamento das receitas para com a nova realidade de custos associados a um projeto de SAD com novas necessidades de investimento, num contexto de mercado muito competitivo. Verificou-se uma variação significativa da rubrica de “Gastos com o Pessoal”, com um forte aumento, pela aposta no plantel profissional.



3. Adoção pela primeira vez das NCRF

Não Aplicável. A entidade constituiu-se e iniciou a atividade em junho de 2013 já de acordo com as atuais NCRF.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis foram adquiridos pela entrada em espécie aquando da subscrição e realização do capital, e tiveram como referência os valores líquidos que os mesmos ativos tangíveis tinham no Clube que fundou a SDUQ de acordo e nas formalidades previstas no artº 22 do já referido Dec. Lei 10/2013 de 25 de janeiro.

Os restantes ativos fixos tangíveis e adquiridos durante o exercício correspondem a um veículo ligeiro de passageiros à disposição dos serviços administrativos, móveis para um novo local de concentração de atletas e instalações para possibilitar o serviço de pequeno-almoço e instalações de segurança. Iniciaram-se de imediato as depreciações.

As depreciações foram calculadas dentro dos critérios de depreciações da Portaria 25/2009.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade. Concretamente referem-se a direitos económicos sobre a utilização desportiva de um conjunto de Atletas, avaliados por ROC e utilizados pelo clube fundador como entrada em espécie na realização do Capital da SDUQ.

As amortizações de ativos intangíveis serão reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são em função da caducidade do contrato de trabalho e consequente limite de utilização do direito desportivo.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

A Futebol Clube de Penafiel, SAD teve um contrato de locação financeira não existindo locação operacional.

O supracitado contrato referiu-se à aquisição de um veículo ligeiro de passageiros afeto aos Serviços Administrativos celebrado em 10-12-2018 por um período de 48 meses e no valor global de 31.990,00€, 48 pagamentos mensais de 311,41€ e um valor residual de 18.710,56€ e foi acionado opção de compra.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.



Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários prevêem-se encontrar valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).

Os produtos acabados e intermédios são valorizados pelo custo de produção, incorporando gastos variáveis e encargos gerais de fabrico, não sendo reconhecidos gastos de inatividade.

RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.



1.1
D
Ver
Z

EVENTOS SUBSEQUENTES (NCRF 24)

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período será o que resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas suscetíveis de utilização futura.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.



Handwritten signatures and initials in the right margin.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais. Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um instrumento de capital quando não existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando são transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras esses ativos, registando no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", a contrapartida monetária dos ativos monetários cedidos.

Em conformidade, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring, à data do balanço, com exceção das operações de factoring sem recurso, são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos".



17/1
D
V. 10/11/23
S

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Entidade pode atribuir os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo, participações nos lucros e gratificações, benefícios não monetários (assistência médica, automóveis, habitação, ...).

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

- Benefícios pós-emprego: incluem pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida após emprego, assistência médica pós-emprego.

- Outros benefícios a longo prazo dos empregados: incluem as licenças, benefícios por invalidez e remunerações liquidáveis após mais de doze meses da data do Balanço, incluindo gratificações e participações nos lucros.

Neste período não foram atribuídos (reconhecidos) benefícios pós-emprego ou outros benefícios a longo prazo.

- Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

Outras políticas contabilísticas revelantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

4.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

4.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.



5. Fluxos de caixa

5.1 - Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem valores de depósitos à ordem cativos.

5.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO				
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	370,73	26 542,97	26.481,53	432,17
Depósitos à ordem	69 878,87	3 033 802,88	3 054.736,16	48.945,59
Outros depósitos bancários				
Total de caixa e depósitos bancários	70 249,60	3 260 345,85	3 081 217,69	49.377,76
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				
OUTRA INFORMAÇÃO				
Recebimentos provenientes de:	Valor			
Indemnização de seguros não vida	0,00			
Subsídios à exploração	0,00			
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00			

Mapa comparativo 2021-2022

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO				
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	751,73	23.556,26	23.305,22	370,73
Depósitos à ordem	218.899,40	3.072.978,73	3 215 999,26	69 878,87
Outros depósitos bancários		0		
Total de caixa e depósitos bancários	58 570,54	3.109.812,65	3.253.214,18	70 249,60
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				
OUTRA INFORMAÇÃO				
Recebimentos provenientes de:	Valor			
Indemnização de seguros não vida	0,00			
Subsídios à exploração	0,00			
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso	0,00			



6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

6.1 - Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não existem alterações nas políticas contabilísticas.

6.2 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não existem alterações nas políticas contabilísticas.

6.3 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos:

Não houve alterações nas estimativas contabilísticas.

6.4 - Erros materiais de períodos anteriores:

Não há erros materiais.

7. Partes relacionadas

7.1 - Relacionamentos com o Clube:

Em 30 de junho de 2023, a entidade tem um saldo a receber de 258.889,10€, ativo não corrente, referente a empréstimos concedidos ao Futebol Clube de Penafiel, para colmatar algumas necessidades de tesouraria. No final da época transata o valor era de 263.843,03€.

7.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão:

- a) Total de remunerações: 0,00 euros.
- b) Total de benefícios de curto prazo: 0,00 euros.
- c) Total de benefícios pós-emprego: não aplicável.
- d) Total de outros benefícios de longo prazo: não aplicável.
- e) Total de benefícios por cessação de emprego: não aplicável.
- f) Total de pagamentos com base em ações: não aplicável.



As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, no exercício findo em 30 de junho de 2023, foram as seguintes:

Remunerações	30-06-2023			
	Gerência	Fiscal Único Cons. Fiscal	Assembleia- geral	Total
Vencimentos Subsídio de férias				
Subsídio de natal				
Senhas de presença				
Benefícios de curto prazo dos empregados				
Benefícios pós-emprego				
Outros benefícios de longo prazo				
Benefícios por cessação de emprego				
Pagamentos com base em ações				
Honorários		4 000,00		
Total		4 000,00		

Mapa comparativo 2021-2022

Remunerações	30-06-2022			
	Gerência	Fiscal Único Cons. Fiscal	Assembleia- geral	Total
Vencimentos Subsídio de férias				
Subsídio de natal				
Senhas de presença				
Benefícios de curto prazo dos empregados				
Benefícios pós-emprego				
Outros benefícios de longo prazo				
Benefícios por cessação de emprego				
Pagamentos com base em ações				
Honorários		4 000,00		
Total		4 000,00		

7.3 - Transações entre partes relacionadas:

A Entidade não efetuou transações, vendas, com o Futebol Clube de Penafiel, apenas movimentações financeiras.



8. Ativos fixos tangíveis

8.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

- a) Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados pelo valor de custo de aquisição, compreendendo o preço de compra ou construção, direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para os colocar em funcionamento, custos de desmantelamento e remoção relacionados com os bens, menos descontos e abatimentos e subsequentemente valorizados pelo modelo do custo, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade;
- b) O método de depreciação utilizado é o método da linha reta;
- c) As vidas úteis estão definidas de acordo com os critérios indicados no ponto 4.1 e com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 para os bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2010. As Vidas uteis estão indicadas individualmente no mapa de Amortizações e Depreciações anexado ao relatório e contas de 2022-2023;
- d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período: ver mapa seguinte;
- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; ver mapa seguinte:



2022/23										
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (AFT)										
DESCRICÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial		16 275,00	37 871,53	36 484,26		76 794,28			167 425,07
2	Depreciações acumuladas iniciais		16 275,00	19 877,17	24 107,88		41 626,24			101 886,29
3	Perdas por imparidade acumuladas iniciais									0
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)		0,00	17 994,36	12 376,38	0,00	35 168,04	0	0	65 538,78
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		9 075,03	-3 998,75	3 754,28	0,00	13 185,37			22 015,93
	Total das adições		9 900,00		7 100,00		19 994,53			36 994,53
	Aquisições em 1.ª mão		9 900,00		7 100,00		19 994,53			36 994,53
	Aquisições através de concentrações de actividades empresariais									0
	Outras aquisições									0
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									0
	Trabalhos para a própria entidade									0
	Acréscimo por revalorização									0
	Outras									0
	Total das diminuições		824,97	3 998,75	3 345,72	0	6 809,16	0	0	14 978,60
	Depreciações		824,97	3 998,75	3 345,72		6 809,16			14 978,60
	Perdas por imparidade									0
	Alienações									0
	Abates									0
	Outras									0
5.3	Reversões de perdas por imparidade									0
5.4	Transferências de AFT em curso									0
5.5	Transferências de/para activos não correntes detidos para venda									0
5.6	Outras transferências									0
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)		9 075,03	13 995,61	16 130,66	0,00	48 353,41	0,00	0,00	87 554,71
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida									



Mapa Comparativo 2022-2023

2021/22										
QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (AFT)										
DESCRIÇÃO	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial			16 275,00	37 871,53	21 151,01		55 786,73			131 084,27
2 Depreciações acumuladas iniciais			10 844,04	15 878,41	20 147,47		35 292,55			82 162,47
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais										0
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)			5 430,96	21 993,12	1 003,54	0	20 494,18	0	0	48 921,80
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)			-5 430,96	-3 998,75	11 372,83	0,00	14 673,86			16 616,98
Total das adições					15 333,25		21 007,55			36 340,80
Aquisições em 1.ª mão					15 333,25		21 007,55			36 340,80
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais										0
Outras aquisições										0
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										0
Trabalhos para a própria entidade										0
Acréscimo por revalorização										0
Outras										0
Total das diminuições			5 430,96	3 998,75	3 960,42	0	6 333,69	0	0	19 723,82
Depreciações			5 430,96	3 998,75	3 960,42		6 333,69			19 723,82
Perdas por imparidade										0
Alienacões										0
Abates										0
Outras										0
Reversões de perdas por imparidade										0
Transferências de AFT em curso										0
Transferências de/para activos não correntes detidos para venda										0
Outras transferências										0
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)			0	17 994,37	12 376,37	0,00	35 168,04	0,00	0,00	65 538,78
7 Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida										



7
12
D
Jana L
K

8.2 - Restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existem

8.3 - Não existem dispêndios reconhecidos na quantia escriturada de cada um dos itens do ativo fixo tangível no decurso da sua construção.

8.4 - Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

8.5 - Não existem quantias incluídas nos resultados, relativas a compensação de terceiros por itens do ativo fixo tangível com imparidade, perdidos ou cedidos.

8.6 - Não existe depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período.

8.7 - Não existem itens do ativo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas.

9. Locações

9.1 - Locações financeiras - locatários:

A Futebol Clube de Penafiel, SAD teve, referente à aquisição de um veículo ligeiro de passageiros afeto a serviços administrativos, um contrato de locação financeira celebrado em 10-12-2018, por um período de 48 meses e no valor global de 31.990,00€, 48 pagamentos mensais de 311,41€ e um valor residual de 18.710,56€, tendo à data de encerramento das presentes contas terminado o referido contrato, tendo sido exercido a opção de compra.

9.2 - Não existem contratos de locações operacionais.

9.3 - Não existem transações de venda seguida de locação.

10. Imparidade de ativos

10.1 - Não foram registadas imparidades de dívidas de clientes em atraso por mora superior a 24 meses em exercícios anteriores.

11. Inventários

11.1 - Não existem Inventários.



12. Contratos de construção

12.1 - Não existem contratos de construção.

13. Rédito

13.1 - Não se aplica a existência de políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

Categorias	Réditos reconhecidos no período	Peso	Réditos reconhecidos no período	Peso	Variação percentual
	2022/23		2021/22		
Venda de bens	335,37	0,03%	130,08	0,01%	0,02%
Prestação de Serviços	599 615,54	50,47%	694 035,53	50,59%	-0,12%
Juros		0,00%		0,00%	0,00%
Royalties		0,00%		0,00%	0,00%
Dividendos		0,00%		0,00%	0,00%
Subsídios à Exploração	215 638,26	18,15%	170 068,22	12,40%	5,75%
Outros Rendimentos	372 567,07	31,36%	507 698,54	37,01%	-5,65%
Total	1 188 156,24	100,00%	1 371 932,37	100,00%	-14,20%

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

14.1 - Divulgações para cada classe de provisão:

Não foram reconhecidas provisões no período, para além da de anos anteriores correspondente a mora de clientes de valor reduzido e que terá sido faturado na perspetiva de pressionar o cliente e de forma "voluntariosa" emitida e enviada fatura de acordo com publicidade efetuada, mas não assumida por parte dos Clientes.

14.2 - Para cada classe de passivo contingente à data do Balanço:

Não foram reconhecidos passivos contingentes no período.



7/20/1905

15. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As alterações nas taxas de câmbio não têm efeitos nas demonstrações financeiras.

16. Acontecimentos após a data do balanço

16.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

Na presente data e pelo Conselho de Administração.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Após esta data, as demonstrações financeiras apenas poderão ser alteradas pela Assembleia-geral Anual do sócio.

16.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do Balanço

Não foram recebidas informações após a data do Balanço acerca de condições que existiam à data do Balanço com influência materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

16.3 - Acontecimentos após a data do Balanço que não deram lugar a ajustamentos

Após a data do Balanço há a indicar, pelo lado desportivo, o continuar das competições desportivas nos campeonatos nacionais com tendência decrescente de público nas bancadas, a diminuir dessa forma a receita de bilhética, mas de impacto limitado nas contas finais ainda que indiretamente por via de receitas publicitárias possa verificar-se alterações mais significativas.



77
20
guy
K

17. Impostos sobre o rendimento

17.1 - Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		
DESCRIÇÃO	2022/23	2021/22
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	-1 759 512,90	-1 585 365,38
Imposto corrente	0	0
Imposto diferido	0	0
Imposto sobre o rendimento do período	8 431,15	14 627,41
Tributações autónomas	8 431,15	14 627,41
Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento	%	%

17.2 - Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

Não se verificaram ajustamentos em impostos diferidos.

17.3 - Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, que pode ser incrementada até um máximo 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 22,5%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no código mencionado, tendo sido apurado o montante de 8.431,15€ IRC – Tributação Autónoma.

17.4 - Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Não houve alterações significativas nas taxas de imposto.

17.5 - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

Não aplicável.



18. Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

18.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver nota 3 deste anexo, referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

Categorias de ativos e passivos financeiros

18.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

O valor indicado na verba de balanço de “Outras Dívidas a Pagar”, no passivo corrente corresponde a valores em devedores e credores por acréscimo, seguros e avenças a suportar referentes ao período.



Relatório e Contas 2022/23

Futebol Clube de Penafiel, SAD

INFORMAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS - 2022/23					
DESCRIÇÃO	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Por memória: Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:					
Clientes			400 213,78		
Adiantamentos a fornecedores			71 879,28		
Acionistas/sócios					
Outras créditos a receber			258 889,10		
Ativos financeiros detidos para negociação			82 569,90		
Dos quais: Ações e quotas incluídas na conta "1421"					
Ações e quotas incluídas na conta "1431"					
Outros instrumentos financeiros incluídos na conta "1431"					
Passivos financeiros:					
Fornecedores			28 495,24		
Adiantamentos de clientes			22 762,85		
Acionistas/sócios					
Financiamentos obtidos					
Dos quais:			1 039,15		
Empréstimo por obrigações convertíveis que se enquadram na definição de passivo financeiro					
Prestações suplementares que se enquadram na definição de passivo financeiro:					
Aumentos ocorridos no período					
Diminuições ocorridas no período					
Outras dívidas a pagar			4 693,24		
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
Ganhos e perdas líquidos reconhecidos de:					
Ativos financeiros					
Passivos financeiros					
Total de rendimentos e gastos de juros em:					
Ativos financeiros					
Passivos financeiros					

Handwritten signature and date: 2023



Mapa comparativo de 2021-2022

INFORMAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS – 2021/22					
DESCRIÇÃO	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Por memória: Reconhecimento inicial
Ativos financeiros:					
Clientes			367 423,29		
Adiantamentos a fornecedores			46 549,78		
Acionistas/sócios			263 848,03		
Outras créditos a receber			56 825,48		
Ativos financeiros detidos para negociação					
Dos quais: Ações e quotas incluídas na conta "1421"					
Ações e quotas incluídas na conta "1431"					
Outros instrumentos financeiros incluídos na conta "1431"					
Passivos financeiros:					
Fornecedores			52 260,86		
Adiantamentos de clientes			26 755,81		
Acionistas/sócios					
Financiamentos obtidos			20 786,65		
Dos quais:					
Empréstimo por obrigações convertíveis que se enquadram na definição de passivo financeiro					
Prestações suplementares que se enquadram na definição de passivo financeiro:					
Aumentos ocorridos no período					
Diminuições ocorridas no período					
Outras dívidas a pagar			4 718,40		
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
Ganhos e perdas líquidos reconhecidos de:					
Ativos financeiros					
Passivos financeiros					
Total de rendimentos e gastos de juros em:					
Ativos financeiros					
Passivos financeiros					

Ver W 77

**Estado e outros entes públicos**

Em 30 de junho de 2023, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

- Imposto sobre o rendimento: 62.771,56 euros (Acordo Totonegocio no montante de 54.393,55€)
- Retenção de IRS trabalho dependente: 39.275,00 euros;
- IVA a favor do sujeito passivo 11.613,15 euros;
- Contribuições para a Segurança Social: 24.707,08euros.

Descrição	2022/23		2021/22	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Imposto sobre o rendimento	53,14	62.824,70	53,14	69 020,96
Retenções de IR		39 275,00		38 60200
IVA	11 613,15		11 354,69	11 714,57
Restantes impostos				57,11
Contribuições Segurança Social		24 707,08		17 525,55

Os valores referentes a retenções na fonte, IVA e Segurança social são os valores normais em conta corrente decorrentes do apuramento de imposto/taxas e cujo prazo de liquidação se encontrava ainda a decorrer, ou seja, são os valores normais em dívida para pagamento dos dias/meses seguintes, nada corresponde a valores em mora.

Diferimentos

Em 30 de junho de 2023, a rubrica de Diferimentos apresentava valores de 11.500,78 euros e corresponde a custos já liquidados a atribuir à época desportiva de 2023/24.

Deferimentos	2022/23	2021/22
Gastos a reconhecer	11 500,78	11 386,58



Caixa e Depósitos bancários

Em 30 de dezembro de 2023, a rubrica de Caixa e Depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Ativos	2022/23	2021/22
Caixa	432,17	370,73
Depósitos à ordem	48 945,59	69 878,87
Outros depósitos bancários		
Total	49 377,76	70 249,60
Passivos		
Caixa		
Depósitos à ordem		
Outros depósitos bancários		
Total		

Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos	2022/23	2021/22
Locação Financeira		19 949,35
Cartão de crédito	1 039,15	837,30
Total	1 039,15	20 786,65

Capital próprio

Em 30 de junho de 2023, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

CAPITAL PRÓPRIO				
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	1.000.000,00			1.000.000,00
Por memória: Accionistas c/ subscrição				
Por memória: Quotas não liberadas				
Acções (quotas) próprias				
Valor nominal				
Descontos e prémios				
Outros instrumentos de capital	2.600.000,00		1.850.000,00	4.450.000,00
Prémios de emissão				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	-1.676.305,57	1 585 365,38		-3.261.670,95
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações no capital próprio				
Subsídios				
Doações				
Resultado líquido	-1 585 365,38	1.767.944,05	1 585 365,38	1.767.944,05



Mapa Comparativo 2021-2022

Capital próprio

Em 30 de Junho de 2022, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

CAPITAL PRÓPRIO				
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	1.000.000,00			1.000.000,00
Por memória: Acionistas c/ subscrição				
Por memória: Quotas não liberadas				
Ações (quotas) próprias				
Valor nominal				
Descontos e prêmios				
Outros instrumentos de capital	850.000,00		1.750.000,00	2.600.000,00
Prêmios de emissão				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	-544.512,94	1.131.792,63		-1.676.305,57
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações no capital próprio				
Subsídios				
Doações				
Resultado líquido	-1.132.792,63	1.585.365,38	1.132.792,63	-1.585.365,38

Capital

Em 30 de junho de 2023, o capital da Sociedade, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 200.000 de ações nominativas de 5 euros cada.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade apresentam, em 30 de junho de 2023, um capital próprio em situação de perda de metade de capital de acordo com o art.º. 35º do Código das Sociedades comerciais, estando previsto por parte da Administração da Sociedade propor aos acionistas a realização de entradas para reforço da cobertura do capital.

Nesse sentido e face aos valores entretanto assumidos para as épocas desportivas anteriores, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral, proceder a prestações acessórias de capital de forma a cobrir todas as necessidades de tesouraria e custos incorridos. Posteriormente e para a época 2022/23, em 4 de julho de 2022, por deliberação do Conselho de Administração foi decidido reforçar o limite de prestações acessórias em mais 1.850.000,00€.

Reserva legal

Não aplicável.



Distribuição de dividendos

Não foram efetuadas distribuições de resultados aos acionistas.

18.3 - Bases de determinação do justo valor para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

Não aplicável.

18.4 - Ativos dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes.

Não aplicável.

18.5 - Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do Balanço.

Não aplicável.

18.6 - Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de:

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados:

Não se verificou no período.

b) Passivos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados:

Não se verificou no período.

c) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

Não se verificou no período.

d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Não se verificou no período.

18.7 - Total dos rendimentos de juros de gastos (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Não se verificou no período.

18.8 - Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos



financeiros.

Não se verificou no período.

18.9 - Em separado e por cada uma das quatro categorias de cobertura

Não houve operações de cobertura.

18.10 - Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social encontra-se totalmente realizado.

18.11 - Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

Tipo de ações	N.º Títulos	N.º Ações	Valor nominal	Valor
Ações tipo A	1	20 000	5 €	100 000 €
Restantes Ações	3	1	5 €	15 €
	1	149 997	5 €	749 985 €
	1	30 000	5 €	150 000 €
		Total do capital		1 000 000 €

18.12 - Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não aplicável.

18.13 - Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como gastos de emissão.

Não aplicável.

18.14 - Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do Balanço.

Foram efetuadas prestações acessórias de capital durante o exercício no montante de 1.850.000 euros, para um total acumulado de 4.450.000 euros.



18.15 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

Não aplicável.

19. Fornecimento de Serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2022/23	2021/22
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	446 193,88	513 217,39
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	353 192,00	341 319,68
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	810	197,5
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	31 286,86	30 567,11
HONORÁRIOS	22 520,00	30 745,00
COMISSÕES	0	61 600,00
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	37 755,42	48 444,59
SERVIÇOS BANCARIOS	629,6	343,51
MATERIAIS	76 772,81	50 236,17
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	62 768,63	38 371,76
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	816	175,36
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	8 886,42	8 591,01
ARTIGOS PARA OFERTA	2 027,67	694,54
OUTROS MATERIAIS	2 274,09	2 403,50
ENERGIA E FLUIDOS	36 786,53	42 212,61
ELECTRICIDADE	118,29	148,52
COMBUSTÍVEIS	33 076,07	39 135,69
ÁGUA	3 592,17	2 928,40
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	111 103,34	131 784,86
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	110 874,24	131 838,77
TRANSPORTES DE PESSOAL	229,1	53,91
SERVIÇOS DIVERSOS	84 596,85	62 974,80
RENDAS E ALUGUERES	17 938,25	8 548,47
COMUNICAÇÃO	5 664,72	6 393,32
SEGUROS	4 844,86	2 855,94
CONTENCIOSO E NOTARIADO	81,04	253
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	11 647,82	13 196,80
LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	0	412,17
OUTROS SERVIÇOS	44 420,16	31 315,10
TOTAL:	755 453,41	800 479,74



20. Benefício dos empregados

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS				
	2022/23		2021/22	
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	40	68 500	40	70 080
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	40	68 500	40	67 200
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	3	2 880	3	2 880
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	43	71 380	43	67 200
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	40	68 500	40	67 200
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL				
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:				
Homens	43	71 380	43	67 200
Mulheres				
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:				
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento				
Prestadores de serviços	3	3 000	3	3 000
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário				

GASTOS COM O PESSOAL		
Descrição	2022/2023	2021/2022
Gastos com o pessoal	2 169 771,14	2 111 456,82
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	1 793 723,70	1 743 332,32
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Das quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	141 769,70	134 291,86
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	229 948,23	225 274,93
Gastos de acção social		
Outros gastos com pessoal	4 329,51	8 557,71
Das quais:		
Gastos com formação		
Gastos com fardamento		
Serviços de Higiene e Segurança no Trabalho		



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

21. Outros rendimentos

Outros rendimentos		
Descrição	2022/2023	2021/2022
Rendimentos suplementares	337 008,99	434 859,98
Descontos pronto pagamento obtidos	0,72	2 530,46
Outros	35 557,36	70 308,10
Correções de períodos anteriores		
Direita propriedade industrial		
Outros não especificados		
Total	372 567,07	507 698,54

Nos valores declarados correspondem a verbas atribuídas no âmbito das apostas desportivas, como rendimentos suplementares bem como prémios de participação nas competições da Taça de Portugal e Taça da Liga.

22. Outros gastos

Outros gastos		
Descrição	2022/2023	2021/2022
Impostos	702,05	1 261,94
Descontos de pronto pagamento		0,01
Dívidas incobráveis		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros custos e perdas	6.217,93	4 647,27
Correções de períodos anteriores	2.064,77	1 154,37
Donativos	150,00	1 500,00
Quotizações	3.473,28	1 980,68
Outros não especificados	529,88	12,22
Total	6.919,98	5 909,22



23. Divulgações exigidas por diplomas legais

1.

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS - 2022/2023						
DESCRIÇÃO		Actividades Económicas				
		Actividade CAE - Rev 3	Actividade CAE - Rev 3	Actividade CAE - Rev 3	Actividade CAE - Rev 3	Total
1	Vendas: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	93120				
1.1	Mercadorias	335,37				335,37
1.2	Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	335,37				335,37
1.3	Activos biológicos					
2	Prestações de serviços	599.615,54				599.615,54
3	Compras					
4	Fornecimentos e serviços externos	755.453,41				755.453,41
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)					
5.1	Mercadorias					
5.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo					
5.3	Activos biológicos (compras)					
6	Variação nos inventários da produção					
7	Número médio de pessoas ao serviço	43				43
8	Gastos com o pessoal: (8 = 8.1 + 8.2)	2 169 771,14				2 169 771,14
8.1	Remunerações	1 793 723,70				1 793 723,70
8.2	Outros (inclui pensões)	376 047,44				376 047,44
9	Activos fixos tangíveis:					
9.1	Quantia escriturada líquida final	87.554,71				87.554,71
9.2	Total de aquisições	36 994,53				36 994,53
9.3	Das quais: em Edifícios e outras construções					
9.4	Adições no período de activos em curso					
10	Propriedades de investimento:					
10.1	Quantia escriturada líquida final					
10.2	Total de aquisições					
10.3	Das quais: Em edifícios e outras construções					
10.4	Adições no período de propriedades de investimentos em curso					



INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS- 2022/23					
DESCRIÇÃO		Mercados geográficos			Total
		Interno	Comunitário	Extra-comunitário	
1	Vendas	335,37			335,37
2	Prestações de serviços	599 615,54			599 615,54
3	Compras				
4	Fornecimentos e serviços externos				
5	Aquisições de activos fixos tangíveis	743 728,72	5 164,74	6 559,95	755 453,41
6	Aquisições de propriedades de investimento	36 994,53			36 994,53
7	Aquisições de activos intangíveis				
8	Rendimentos suplementares: (8 = 8.1 + + 8.5)	337 008,99			337 008,99
8.1	Serviços sociais				
8.2	Aluguer de equipamento				
8.3	Estudos, projectos e assistência tecnológica				
8.4	Royalties				
8.5	Outros	337 008,99			337 008,99
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)				
10	Por memória: Compras e fornecimentos e serviços externos (valores não descontados)				



Divulgações exigidas por diplomas legais – Mapas comparativos 2021-22

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS -2021/2022						
DESCRIÇÃO		Actividades Económicas				
		Actividade CAE - Rev 3	Actividade CAE - Rev 3	Actividade CAE - Rev 3	Actividade CAE - Rev 3	Total
1	Vendas: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	93120				
1.1	Mercadorias					
1.2	Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos					
1.3	Activos biológicos					
2	Prestações de serviços	694 165,61				694 165,61
3	Compras					
4	Fornecimentos e serviços externos	800 479,74				800 479,74
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)					
5.1	Mercadorias					
5.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo					
5.3	Activos biológicos (compras)					
6	Variação nos inventários da produção					
7	Número médio de pessoas ao serviço	43				43
8	Gastos com o pessoal: (8 = 8.1 + 8.2)	2 111 456,82				2 111 456,82
8.1	Remunerações	1 743 332,32				1 743 332,32
8.2	Outros (inclui pensões)	277 890,06				277 890,06
9	Activos fixos tangíveis:					
9.1	Quantia escriturada líquida final	65 358,78				65 358,78
9.2	Total de aquisições	36 340,80				36 340,80
9.3	Das quais: em Edifícios e outras construções					
9.4	Adições no período de activos em curso					
10	Propriedades de investimento:					
10.1	Quantia escriturada líquida final					
10.2	Total de aquisições					
10.3	Das quais: Em edifícios e outras construções					
10.4	Adições no período de propriedades de investimentos em curso					



INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS - 2021/22					
DESCRIÇÃO		Mercados geográficos			Total
		Interno	Comunitário	Extra-comunitário	
1	Vendas	130,08			130,08
2	Prestações de serviços	694 165,61			694 165,61
3	Compras				
4	Fornecimentos e serviços externos				
5	Aquisições de activos fixos tangíveis	780 589,40	8 890,34	11 000,00	800 479,74
6	Aquisições de propriedades de investimento	36 340,80			36 340,80
7	Aquisições de activos intangíveis				
8	Rendimentos suplementares: {8 = 8.1 + + 8.5}	507 698,54			507 698,54
8.1	Serviços sociais				
8.2	Aluguer de equipamento				
8.3	Estudos, projectos e assistência tecnológica				
8.4	Royalties				
8.5	Outros	507 698,54			507 698,54
9	Por memória: Vendas e prestações de serviço (valores não descontados)				
10	Por memória: Compras e fornecimentos e serviços externos (valores não descontados)				



7
D
V
L

— A gerência relembra que recebeu como passivo a posição do Clube no acordo referente ao remanescente do acordo prestacional no âmbito do Dec. Lei 124/96 de 24 de Agosto e celebrado com a Federação Portuguesa de Futebol e do qual se encontrava 54.357,30€, faltando ainda por distribuir o ano de 2010 por dificuldades de interpretação da lei entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Federação Portuguesa de Futebol. Em fevereiro de 2018 a Federação Portuguesa de Futebol notificou que face à suspensão das verbas do Totobola, substituídas pela distribuição do “Placard” e com efeitos retroativos, que a Federação pretende encerrar as contas do chamado Totonegocio tendo atualizado o referido valor para 76.952,35€. Essa correção foi evidenciada nas contas de 2017/2018. Atualmente e à data de 30 de junho de 2023, a Futebol Clube de Penafiel, SAD é credora da Federação Portuguesa de Futebol da quantia de 40.712,78€, que irá diretamente para abater ao valor remanescente desse acordo, passando desta forma o valor em dívida para 13.681,07€.

— De acordo com o ponto 7, do Anexo, os honorários do Revisor Oficial de Contas que foram registados por evidência de acréscimos de custos em 2021-22 e no montante de 4.000,00€, foram agora definitivamente contabilizados pela faturação e anulação do respetivo acréscimo, e renovada novamente previsão para o exercício de 2022-23.

— Foram renovadas, no corrente ano, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, e para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, autorização para a celebração dos seguintes contratos de prestação de serviços:

- Sentinelmountain, Lda, NIPC 515 294 470, pelo valor anual de 90.000,00€;
- Singualpower, Unipessoal, Lda, NIPC 516372181, pelo valor anual de 100.000,00€ e
- Protagonistexpand, Lda., NIPC 515178241, pelo valor anual de 14.000,00€,

Tendo obtido parecer favorável do Fiscal Único nos termos n.º2 do Artigo 397º do CSC.

2. Outras informações

Não há mais divulgações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.



Penafiel, 13 de setembro de 2023

O Conselho de Administração,

António Gaspar Ferreira Dias

Domingos Miguel Ribeiro Garcia

José António Moreira dos Reis

O Contabilista Certificado,

Jorge Ferreira Leal, n.º 942



71.
P
A

Relatório de gestão

De acordo com o artigo 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração vem apresentar os factos relevantes sobre a evolução dos negócios e a situação da Sociedade durante o exercício de 2022/2023.

1. Perspetiva macroeconómica

À pandemia COVID-19, surge a já persistente guerra, o conflito bélico na Ucrânia em plena Europa do século XXI, quer pela mobilidade dos dias de hoje quer pelas interdependências económicas, para não referir as próprias implicações bélicas e suas consequências tornam estes dias de hoje cada vez mais incertos.

As tomadas de decisões, em especial a nível monetário pelo Banco Central Europeu, com a subida brusca e ameaça de estagnação das taxas de juro diretoras, terá forte impacto nos próximos tempos, sendo incerto até que ponto o “remedio” de combate a inflação não agravará mais doenças económicas e ou sociais.

As estimativas mais recentes disponíveis apontam para um crescimento mínimo do PIB em 2024, com descida, apesar do de 2023 ainda não ser significativo, mas recupera alguma da distância para o nível europeu em que nos encontramos.

Ao nível do Futebol Profissional, a capacidade de as competições europeias em manter a sua imagem e procura internacional poderá e espera-se que venha a atenuar as dificuldades internas por uma limitação da procura deste desporto enquanto artigo de consumo. A vontade crescente da sociedade em regressar à atividade económica e social que se sentiu poderá manter oportunidades de negócio e fortalecer a atividade como parte essencial da vida em sociedade, com uma maior predisposição para o lazer e convívio que a competição desportiva proporcionará.



1
h
P
A

2. Perspetiva microeconómica

Com o confinamento verificado pelo impacto da pandemia, o negócio de futebol viu a sua importância na sociedade ser sentido e reconhecido enquanto entretenimento de massas. Não obstante esse reconhecimento verifica-se uma alteração radical do acompanhamento do desporto com um maior privilégio ao consumo por via da transmissão televisiva e ou outros meios digitais face a deslocação física, à exceção de grandes eventos ou de jogos de elevada importância desportiva ou mediática.

É assim reconhecido junto dos operadores televisivos essa importância e procura. Simultaneamente a fragmentação do mercado e excesso de oferta tenderá a uma desvalorização do produto e banalização do espetáculo.

Nos tempos mais imediatos, surge a incerteza da perspetiva económica com a forte inflação verificada nos últimos tempos e tendência de subida ou manutenção dessa taxa, em especial em que valor e porquanto tempo.

As obrigações desportivas se manterem idênticas e dos pressupostos administrativos e financeiros também.

3. Resultados

No exercício económico de 2022/23 foi apurado um resultado negativo, cifrando-se em um prejuízo de 1.767.944,05€. O investimento na capacidade do Plantel e equipa técnica implicou uma manutenção de custos com forte impacto no resultado.

Face ao verificado em anos anteriores, a ausência de público nas bancadas, com consequentes transferências de interesses por parte do nosso publico alvo para outros eventos, não permite uma melhoria direta da receita pelo público e publicidade.



Apesar dos resultados anteriormente obtidos e dos correspondentes ao exercício analisado, a estabilização da situação acionista deverá permitir continuar a realizar uma época desportiva tranquila e possibilitar a melhoria dos resultados.

4. Estrutura de gastos

Repetindo uma vez mais, os gastos compõem-se essencialmente pelos custos com o pessoal, grande rubrica e que tradicionalmente irá sempre ter o peso maior na estrutura de gastos, este ano voltando a aumentar, ainda que ligeiramente (mais 2,7%), face ao ano transato. A componente de Fornecimento e Serviços Externos, outra grande rubrica da estrutura de gastos, melhorou face ao ano anterior (menos 5,6% de gastos), principalmente em virtude da redução dos serviços especializados e das deslocações e estadas.

5. Estrutura de rendimentos

Continuando deficitária face aos gastos, a tendência dos rendimentos é idêntica ao exercício anterior, começando a solidificar, com os direitos de transmissão desportiva a dominar uma vez mais. É de destacar neste exercício os valores referentes a participação na Taça da Liga pela entrada na fase de grupos. Seguem-se as receitas de jogos de apostas Placard e apostas online e os prémios de participação e objetivos alcançados quer na Taça da Liga, quer, uma vez mais, na Taça de Portugal.

6. Análise financeira

Os principais indicadores e rácios de análise financeira mostram que os resultados obtidos poderão condicionar a SAD para os anos futuros, em especial pela perda de metade de capital verificada. O Conselho de Administração entende que, decorrente desta situação, considerando o suporte financeiro da sua estrutura acionista e as perspetivas de evolução dos negócios, a SAD dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades e não são expectáveis situações que possam colocar em causa a sua situação patrimonial futura.



Em 2022/23 continuamos a verificar a realidade do exercício anterior mantendo o resultado em patamares negativos com um prejuízo de 1 767 944,05€. O EBITDA (resultados antes de impostos, juros e depreciações) foi também ele negativo de 1 744 323,66€.

A liquidez geral revela um ativo corrente superior ao passivo corrente, sendo, no entanto, de destacar que parte do passivo corrente não exige pagamentos diretos (Acordo Totonegocio e Deferimentos). A autonomia financeira é positiva, fruto do reforço dos capitais próprios.

Principais indicadores de análise financeira	2022/23
Volume de negócios	599 950,91
Resultado líquido do período	-1 767 944,05
Liquidez geral	146,24%
EBITDA	-1 744 323,66
Margem EBITDA (s/ Volume de negócios)	Na
Autonomia financeira	0,73%
Tempo médio de recebimento (dias)	43
Ativo	575 633,88
Capital próprio	420 385,00
Passivo	155 248,88
Ativos não correntes	348 693,01

7. Investimento

O investimento em 2022/2023 corresponde, a equipamento de manutenção do relvado, centro digital de impressão e investimento em nova estrutura publicitaria, bem como na manutenção do circuito de CCTV.

8. Aplicação de Resultados

A proposta do Conselho de Administração para a aplicação do resultado líquido do exercício de 2022/2023 (prejuízo de 1 767 944,05€) é a transferência para resultados transitados.



9. Evolução e estratégia

A indecisão dos impactos de um conflito armado na Europa e o regresso a um período inflacionista e das políticas monetárias para o combater, influenciará o peso do impacto económico na sociedade e no desporto como elemento mais supérfluo e condiciona fortemente a estratégia.

A estratégia continuará a incidir na contenção de custos e no crescimento das receitas, em busca de melhoria de resultados, contendo a possibilidade de prejuízos em excesso que possam por em causa o governo da sociedade. Mantem-se a aposta na visibilidade que o campeonato possa adquirir pelo mediatismo das transmissões televisivas e das provas em que possamos competir com equipas mais sonantes e que poderá também abrir novas oportunidades, com direitos desportivos e melhoria de receitas associadas a apostas desportivas.

Relativamente aos custos, em concreto a tendência dos custos com o pessoal, e o histórico da tendência dos custos referentes a Fornecimentos e Serviços Externos deverão continuar a limitar os resultados a obter, pelo seu peso e pressão sobre o total dos gastos, num contexto de mercado muito competitivo. Os “Gastos com depreciações” tendem a aumentar, fruto dos investimentos realizados em 2020/21, 2021/2022 e 2022/2023.

Contudo, a evolução dos resultados futuros prevê-se continuar com tendência desfavorável, não sendo os esforços suficientes para a inversão para valores positivos, apesar da estabilidade das receitas e a contenção dos custos. Trata-se de um negócio incerto, muito competitivo e com variáveis externas, as quais não se podem dominar e que poderão influenciar os resultados, como a quebra de resultados desportivos, eventuais alterações na estrutura técnica da equipa de futebol e/ou a necessidade de reforços na época de inverno, ou de forma positiva a alienação de direitos desportivos de atletas.



Penafiel, 13 de setembro de 2023

O Conselho de Administração:

António Gaspar Ferreira Dias

Domingos Miguel Ribeiro Garcia

José António Moreira dos Reis

Ata Número 8

Aos dez dias do mês de outubro de 2023, pelas quinze horas, reuniram em Assembleia Geral de Ordinária, em conformidade do Art.23 dos Estatutos aprovados da Futebol Clube de Penafiel SAD, na sede sita Estádio Municipal 25 de Abril, Rua futebol Clube de Penafiel, os acionistas da Futebol Clube de Penafiel SAD ,-----

Os acionistas presentes são a Gradual Score S.A. representado por Domingos Miguel Ribeiro Garcia detendo noventa por cento do capital social e o acionista Futebol Clube de Penafiel representado pelo Presidente Adjunto José António Moreira dos Reis detendo dez por cento do capital social.-----

Ponto único da ordem de trabalhos:-----

Análise e votação das contas do exercício findo de dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três;-

Estiveram também presentes na reunião o C.C. da Sociedade Dr. Jorge Leal e também o Presidente do Conselho de Administração da Futebol Clube de Penafiel SAD, Dr. António Gaspar Ferreira Dias, os quais prestaram os esclarecimentos solicitados pelos acionistas e Presidente da Assembleia Geral Eng. Agostinho Gonçalves. O Dr. Jorge leal e o Dr. António Dias prestaram os esclarecimentos constantes no Relatório e Contas apresentado, nomeadamente sobre o balanço e demonstração de resultados.-----

Usando a palavra Domingos Garcia, o mesmo referiu que o relatório está de acordo com o orçamentado no início da época desportiva e não havendo nenhuma situação anómala durante o percurso da época, este está em conformidade com os valores previstos. -----

Usando a palavra José Reis o mesmo referiu que possuía o conhecimento absoluto do Relatório e Contas e respetiva evolução durante a época.-----

Apreciado o relatório do Revisor Oficial da Sociedade, o mesmo refere no seu quarto paragrafo, que são de opinião que o Relatório e Contas pode ser aprovado.-----

Posto à votação, o acionista da Gradual Score S.A. votou favoravelmente. O acionista da Futebol Clube de Penafiel também votou favoravelmente.-----

Assim, foi aprovado por unanimidade o Relatório e Contas.-----

À presente ata é anexado o relatório do Revisor Oficial de Contas.-----



Agostinho Gonçalves



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Futebol Clube de Penafiel, SAD (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 575 633,88 euros e um total de capital próprio de 420 385 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 767 944,05 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Futebol Clube de Penafiel, SAD em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

A 30 de junho de 2023, o valor dos capitais próprios é inferior a metade do capital subscrito, situação que determina a aplicação do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, e que poderá colocar em causa a continuidade das operações da Entidade. Assim, consideramos existirem ainda incertezas quanto à capacidade da Entidade prosseguir as suas operações num futuro próximo e de fazer face aos seus compromissos futuros, que dependerão do suporte financeiro a obter dos acionistas, de terceiros e da rentabilidade futura das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Ingo de Moraes & Associados, SROC, Lda, pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 13 de setembro de 2023



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Moraes
(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da
Futebol Clube de Penafiel, SAD

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Futebol Clube de Penafiel, SAD (a Entidade), relativos ao período findo em 30 de junho de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 30 de junho de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa (se aplicável) do período findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do período findo em 30 de junho de 2023 preparado pelo Conselho de Administração da Entidade e da proposta nele incluído. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 13 de setembro de 2023



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por João Manuel Trigo de Moraes

(ROC N.º 881 e registado na CMVM com o n.º 20160501)